

O debate sobre a memória e o corpo torturado como paradigma da impossibilidade de esquecer e do dever de lembrar¹

Memória e verdade, memória e justiça, memória e reconciliação. Esses binômios parecem indicar que da memória dependem a justiça, a reconciliação e a verdade. Por que a memória se tornou campo de luta política e lugar em que se preservam os mais altos valores éticos e morais alcançados no seio de lutas e decisões humanas sobre seu próprio destino?

Por que o tema da memória tem refletido de modo tão importante o sofrimento de tantos envolvidos e a indiferença e renegação dos que não querem se envolver? E como podem os memoriais, esvaziarem-se de sentido ou atualizarem o seu sentido, diante das tragédias que eles cumprem evocar, incorporando à história e à paisagem de determinado país, cidade ou local a dignificação de um povo que não pode, e não aceita mais, ser compreendido

1 Esse trabalho foi originalmente apresentado num encontro do grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo em 2008. Com modificações, volta a ser apresentado e publicado em 2010 no contexto do projeto Memória e Direitos Humanos do Mercosul, financiado pela Organização dos Estados Americanos, no livro *Memória e Direitos Humanos* organizado por Carlos Santander. A presente e última versão nessa coletânea representa um trabalho bastante modificado e atualizado quando de sua primeira apresentação.

sem a constatação dos acontecimento traumáticos e catastróficos que o atravessou?

O problema central implicado nos trabalhos da memória pode ser indicado numa única e principal tarefa: transmissão. Como fazer perdurar o ter de dizer e o impossível de dizer?

Para uma nova geração de artistas alemães, por exemplo, como Host Hoheisel, Jochen e Esther Gerz, Andreas Knitz e Norbert Rademacher os monumentos são mais um impedimento do que um incitamento à memória. São obturadores da verdade e uma apropriação indevida dos espaços públicos, privatizados pela ocupação grandiosa de bustos, estátuas e grandes projetos arquitetônicos que engessam a história e ocultam demonstrando, exibindo, impondo. As formas monumentais para esses artistas foram as prediletas de Hitler, Stalin, Mussolini e os Botha para exibir a grandeza dos dominadores. Se apoiam e sustentam a narrativa fascista e totalitária.²

A provocação desses artistas tem sido a realização de contra-monumentos, formas dinâmicas, exigentes e anômalas que invertem a passividade do observador diante do monumental acabado.³ Para esses artistas os monumentos são vistos com a desconfiança do falseamento da história e do ufanismo pobre e mistificador, que os memoriais deveriam combater em busca de seu enraizamento histórico e o desentranhamento das dores plantadas sob o solo das cidades e das nações. Ou seja, nos debates entre os monumentos e contra-monumentos, silenciosamente ainda se trava uma luta pela definição do curso

2 Ver Michalski, S. *Public Monuments: art in political bondage (1870-1997)*, Great Britain: Reaktion Books ltda, 1998

3 Foi o pesquisador James Young que batizou o trabalho e performances desses artistas alemães de contramonumentais ou formas negativas. No debate creio que se incluem também os memoriais a céu aberto em que cenários de destruição permanecem constituindo muitas cidades; as ações contra os monumentos por exemplo, como ocorre com as estátuas vandalizadas na África do Sul e os monumentos temporários do artista russo Fiodor-Pavlov Adreewich apresentados em 2017 no Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Utilizando-se de seu corpo exposto à penúria o artista introduz o tempo como necessário na representação e atualização dos sofrimentos vividos pelos escravos, os torturados e os cativos revivendo ele, em seu corpo, os sofrimentos impostos à esses homens e mulheres hoje e no passado. Sobre o trabalho de James Young ver Young, J. *Critical Inquiry*, v. 18, n. 2 (winter, 1992), p. 267-296. Sobre o trabalho de Fiodor Pavlov acessar o endereço: <http://fyodorpavlovandreevich.com/temporary-monuments-20152017/>. Data de acesso: 07/07/2017.

da história e sua transmissão a partir da constante redefinição do passado e das marcas que perduram no presente transmitidas pela via da penúria, da violência e do terror.

Nesse sentido é que penso que um memorial jamais pode ser apenas um museu da catástrofe, sua função é propor, constante e indefinidamente, o debate sobre a memória do que somos e do que nos tornamos, ou seja, impor a pergunta: o que foi que fizemos para que essa catástrofe fosse possível? E o que fizemos (ou não fizemos) e nos tornamos após sua consumação?

Trata-se de propor o compartilhamento da dor singular no debate político e público, essencial para que o memorial preserve seu sentido e não derive para mais uma das atrações turísticas locais onde se observaria, supostamente, restos de um passado que não existe mais e onde se faz uma pausa para o café em meio a uma agenda turística repleta de compromissos.

Essa breve introdução propõe-se apenas a iniciar nosso debate sobre aquilo que me parece representar o paradigma do memorial no que ele tem de absurdo, paroxístico e absolutamente essencial para compreendermos a natureza da crueldades que sofremos, cometemos ou testemunhamos. Um dos paradigmas, em minha opinião, é o corpo torturado. Emblema maior do que um memorial deveria lutar para representar.

É nesse palco secreto, o corpo ao qual se impõe sofrimento, é que se revelam e se escondem as maiores atrocidades, as lutas profundas travadas pelo eu, a impossibilidade de representar, o colapso da linguagem e onde as balizas que definem a humanidade do homem são suspensas. A tarefa suscitada por um memorial é, então, imensa. Ele deve se propor a enfrentar os dilemas mais difíceis, condensando um lugar físico onde o próprio sofrimento pode ser amparado, significado, reconhecido e escutado. Lugar desde onde se irradiam os sentidos possíveis que se depreendem após o retorno dos estertores da morte e do sofrimento ou diante da aniquilação extrema e radical dos corpos, dos sujeitos e da cultura.

A dor dos recomeços

Diz Jean Amery: “O primeiro soco revela ao preso que ele está desamparado e o embrião de tudo que está por vir está contido aí”. E continua: “Eles permitiram socar-me na cara, a vítima sente-se torpor e surpresa e conclui, com uma certeza estarrecedora: eles farão o que quiserem fazer”.⁴

Momentos antes das atrocidades infinitamente possíveis e prováveis que advirão na situação da tortura é com o primeiro soco, o primeiro tapa que se desfaz toda a confiança no mundo.

Constata-se que nada, nem ninguém, interferirá contra o que quer que se faça contra aquele que se encontra exposto à assimetria absoluta de poder que será, doravante, exercida sobre o corpo vivo e imobilizado.

Aqueles corpos destroçados, quase impossíveis de ver, aqueles pedaços de corpo que o médico legista utiliza na busca da prova do já ocorrido, o psiquismo do torturado experimenta previamente em sua fantasia de horror, desencadeada logo que alguém desconhecido desfere contra seu corpo, contra seu face exposta e desprotegida um golpe, um tapa cujo estalido ecoa pela sala de tortura: lugar secreto onde sobre a espera do torturado se estende a eternidade do torturador:

“Você vai apodrecer aqui dentro”

“Eu tenho todo tempo do mundo”

“Seus amigos já falaram”

“Daqui a 30 anos você ainda estará aqui”

“Ninguém mais se lembrará de você”

São frases montadas sobre uma única peça: a captura do tempo e do espaço da pessoa presa. A tortura visará então uma segunda captura radical: a do tempo e espaço psíquicos.

4 Amèry, J. Torture. In: Langer, L. (edit). *Art from the ashes*. New York: Oxford University Press, 1995. p. 126.

Destruir o domínio da experiência do corpo é impor uma dor imprevisível, num espaço coibido e controlado e o medo constante da morte. O horror se monta sobre um destino eterno de dor: a dor que não vai passar.

Tempo e espaço então se compactam a uma única e mesma coisa: o torturador que os controla absolutamente.

Tomemos por analogia uma criança que começa a dar seus primeiros passos e a autonomia cenestésica que acompanha esse momento único. Momento de experimentação em que a criança mal se desloca entre os objetos e, não raro, se choca pela primeira vez com uma mesa ou cadeira e sente uma dor que pode lhe provocar desespero, por tratar-se de uma experiência ainda inédita e desconhecida. A aproximação sensata das mães e dos adultos, seguida da acolhida à criança que sofre, é acompanhada das palavras: Vai passar. Nelas se deposita a garantia de que a dor tem uma duração determinada, não dura para sempre, não é eterna.

De modo semelhante impõe-se ao torturado a regressão radical ao estado infantil da dependência, do deslocamento controlado no espaço e no tempo, e o horror em perceber-se inábil para exercer sua autonomia e controle, cerceado da experiência do corpo próprio. Ele é arrastado para uma dependência absoluta não consentida.

Elaine Scarry⁵ chamou a atenção para a desconstrução do mundo que aí se opera. A tentativa de destruir o mundo compartilhado dos objetos úteis ou fúteis que são convertidos em coisas aterrorizantes: como o torturado que foi golpeado com uma garrafa de refrigerante, ou teve seus dedos decepados por uma tesoura para cortar papel, ou a mão quebrada por uma cadeira, ou foi conduzido a uma sala onde se passam slides de companheiros mortos e batizada de ‘cineminha’.

Os objetos revelam sua nova função em choque contra o corpo do torturado. A sala de tortura, então é o lugar onde o mundo se desfaz. A sala, o quarto onde se repousa, onde se habita, doravante será o lugar da demolição da estabilidade, da experiência do tempo compartilhado e do infortúnio. O

5 Scarry, Elaine. *Body in pain*, New York: Oxford University Press, 1985, p. 40.

que se quer atacar e se destruir na tortura é a possibilidade psíquica de reconstruir um mundo psíquico novo para si, assim que o antigo se vai.

Tudo são objetos que podem se chocar contra o corpo para produzir dor. Os objetos se desobjetificam e o mundo em que se vivia entre outros se desfaz. A função compartilhada dos objetos, a cadeira onde se senta, a tesoura que corta pano e papel, a garrafa que envasava o refrigerante são destruídas. O esforço em construir um mundo amigo, por via do compartilhamento das coisas comuns está perdido.

Tudo é estranhamento, tudo se autodestrói, tudo vira inimigo e algoz – a começar pelo próprio corpo que se torna inimigo do psiquismo que deve lutar contra a dor e a lenta transformação do corpo próprio em carne, como diz Jean Améry.⁶

O corpo que foi capturado, o corpo que obrigou à traição, o corpo que dói e não deixa suportar, o corpo que fica exposto e sem defesa: o corpo inimigo.

Do mesmo modo é, sobretudo, no apagar dos holofotes que a tortura sofrida mostra sua insídia. Por isso os porões. A pouca luminosidade revela a face dos monstros da crueldade que depois não podem e não querem mais vir à cena pública. Não podem e não querem mais serem identificados revelando publicamente sua face. Passam a vida fugindo da responsabilização e da punição de seus atos e defendendo sua pusilanimidade e seu destino de cumpridor de ordens.

O escuro da tortura

Quando a imprensa se desinteressou, quando a sociedade civil já não debate, nem suporta mais ouvir sobre seu passado recente é quando a tortura se reinstala no corpo do torturado, como um grito silencioso que não pode mais ser escutado.

6 Améry, J. Torture. In: Langer, L. (edit). *Art from the ashes*. New York: Oxford University Press, 1995. p. 132.

Assim a experiência traumática adquire uma outra virulência: a do desconhecimento e da invisibilidade. Ela passa a operar como um defeito, uma deficiência, uma idiossincrasia negativa impossível de esquecer, mas que se procura, paradoxalmente e com esforço, apagar, ocultar, invisibilizar e assim largá-la entre as experiências desagradáveis e não ditos do cotidiano.

A tortura, os massacres e as formas contemporâneas do extermínio não são ainda, de modo algum, intoleráveis para grande parte da população brasileira. Ao contrário, elas parecem ganhar uma consistência nova cuja somatória pesa demasiado nos ombros de quem quer que ouse lembrá-las, falar sobre elas e combatê-las.

Ao que parece, não é desejável falar mais do que uma e única vez sobre o assunto. Não é desejável voltar a reproduzir o que não deveria mais ser dito. A tortura, o massacre, a chacina, em instantes, viram tabus. Não se pode falar neles, mas eles permanecem ali fixos, indenes – pelas vítimas que mortificaram -, e soberanos.

Freud nos alertou para o caráter ambivalente dos tabus.⁷ Eles prometem certa ordem e pacificação em troca do silêncio e da submissão. Recai-se na ilusão supersticiosa que faz das violências um fato em si, imutável e aceito.

Assim as violências reinam no território dos silêncios. A linguagem – única forma de atormentá-las – fica inibida diante da sua força e contundência. Quando isso acontece, fracassamos todos e todos ficam expostos à outras violências

Aos que não desistem, aos que insistem em voltar ao assunto, voltar ao sintoma revelando seu dolo repetitivo, permanece o compromisso e a relutância em retornar a essas experiências sob formas inéditas, reinventando a própria linguagem. Aquelas que nos permitirão olhar novamente para o intolerável e, quiçá, pela primeira vez representá-lo, significá-lo; evidenciando outros aspectos não vistos, outras repercussões escamoteadas e, também, outras saídas possíveis.

7 Remeto o leitor à leitura de Freud, S. (1913) *Totem e Tabu*: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos. Trad: Renato Zwick. Rev. Técnica: Paulo Endo. Porto Alegre: L&PM, 2013.

Em minha opinião, à Psicanálise cabe uma responsabilidade especial nessa tarefa. O que ouvimos e vemos na clínica cotidiana não é propriamente o evento violento, mas suas repercussões, sequelas e restos. A escuta analítica desvela o que ainda é inaudível aquilo que, muitas vezes, o analisando ainda não pode dizer a si, não pode escutar de si. Uma proibição que envergonha e maltrata o eu e que permanece ferindo e fazendo estragos.

Trata-se também de acompanhar a luta de sujeitos na quietude e no isolamento, o esforço de singularização que insiste naqueles que combatem a própria dor; aquela que perdura para além da consciência, para além da vontade, frequentemente no escuro e no silêncio. Luta singular e solitária que, se não pode ser delegada a ninguém, também não deve ser relegada ao íntimo, ao privado, como lugar secreto onde se escondem as vergonhas.

Encontrar essa dupla via, singular e coletiva, tem se evidenciado como forma necessária para o ultrapassamento das violações em todos os níveis, a partir de sua afirmação e admissão de sua complexidade.

Retomo aquilo que aprendemos com Blanchot⁸ e que está presente no trabalho psicanalítico com todas as formas do traumático: para aquele que foi atravessado, de algum modo, pela violência, a linguagem se impõe como tarefa.

Por isso faz-se necessário, produzindo confrontos linguageiros, reinventar outras formas de falar do mesmo, atordoando os sentidos possíveis que repousam magnânimos no silêncio dos que foram torturados, violentados, exterminados imersos no paradoxal silêncio do grito. Trata-se do trabalho continuado de reinstaurar formas e falas coletivas para que se acolham as falas singularizadas na expressão da dor própria, pertencentes àqueles que decidem revisitar a própria dor.

Georges Vigarello em sua *História do Estupro*⁹ já observou que o saber psicológico contribuiu decisivamente para evidenciar que as marcas do corpo são díspares das marcas da alma e do psiquismo. As marcas no corpo desaparecem, cicatrizam e se restauram, por vezes, sem sequelas, enquanto o

8 Blanchot, Maurice. *L'écriture du desastre*, Paris: Galimard, 1980.

9 Vigarello, Georges. *História do Estupro: Violência Sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

psiquismo já as absorveu, já as alojou em lugares que só a linguagem pode dar a ver (por vezes nem mesmo a linguagem) e já se incumbiu de fazê-las aparecer em outro tempo e lugar. As marcas do corpo quando são acompanhadas de humilhação e crueldade são inultrapassáveis. Perduram, não esmaecem e resistem à ação do tempo.

Ferreira Gullar,¹⁰ em comentário sobre a tortura dizia: a dor, quando dói mesmo, é estéril. Ou seja, a dor no seu limite de tolerância não gera poema, nem obras plásticas, nem música. Sua única e fundamental expressão é o grito e depois, o silêncio. O silêncio imposto àqueles que gritam mudos.

O corpo e o psiquismo diante da tortura

O risco de perder o corpo e a alma nas mãos de quem mais se combateu, permanecer à mercê daqueles que se queria ver derrotados, impotente diante de um algoz disposto a qualquer tipo de crueldade é uma experiência ante a qual o psiquismo frequentemente fracassa.

A experiência de tortura política é o exemplo típico do excesso. Excesso que insiste no ultrapassamento do psiquismo para derrotá-lo e impeli-lo a acreditar em sua própria derrota. A tortura, o torturador querem melancolizar e sujeitar. Querem que ele sobreviva como morto-vivo. Um vivo que desejaria não estar mais entre outros, um vivo que não tem o prazer e o direito de viver. Aquele que entristeceu para sempre, aquele que desprezará a si mesmo por não ter suportado o pior e o impossível, aquele que se desconhecerá porque não pôde suportar o que imagina que outros suportariam. O que viverá num além de si e aquém do outro.

Sabemos como o psiquismo labuta. Diante da experiência excessiva, consciente ou inconscientemente, ele se põe ao trabalho. Sabemos que um bebê recém-nascido, logo após o parto, quando ocorre a mudança radical ao seu corpo, que marca o fim da simbiose com o corpo e o psiquismo maternos, realiza seu primeiro feito psíquico extraordinário: ressimbiotiza com a mãe,

10 Em entrevista para a TV Cultura apresentada em 2004.

reinstaura a continuidade entre o corpo materno e o seu, recém-separado. Isto é, ele reinventa, psiquicamente, uma mãe que lhe é contínua, não apartada, não diferenciada. Assim como havia um corpo para dois, a partir de seu nascimento a criança reinstaura um psiquismo para dois.

É fundamental para a criança que, num primeiro momento, a mãe atenda esse arranjo do recém-nascido. Que ela reconheça nos sinais que o *infans* emite um pedido, uma demanda, um rudimento de linguagem para que, num segundo momento, a criança possa suportar a separação, desta vez psíquica, que ocorrerá mais tarde. O importante aqui é que a primeira tarefa do psiquismo é juntar o separado, e ele o faz.

A dor da separação do corpo materno é então parcialmente restaurada para ser, mais tarde e sucessivamente, perturbada ao longo do processo de autonomização do corpo do adolescente e do adulto frente ao corpo e psiquismo maternos. Diante da dor o aparelho psíquico se põe ao trabalho para evitá-la.

Não importa agora discutirmos a eficácia desse trabalho, mas destacar que sempre trabalhamos psiquicamente para evitar o que acreditamos, imaginamos e esperamos seja o pior. Uma dor que se eterniza desloca toda a atividade psíquica para salvaguardar o ego e se desabilita para outras funções vitais do psiquismo, entre elas a satisfação e o prazer. É isso que o torturador reconhece e salienta quando diz a Pedro, um militante político latino-americano, na descrição do Psicanalista Marcelo Viñar:

Tenho o tempo que for necessário, uma semana, um mês um ano. Alguns resistem mais, outros menos, mas você viu, no fim todo mundo cede, eles falam. Você vê o que lhe convém, você me economiza trabalho e se poupa de sofrimento, no final, vai ceder.¹¹

O torturador avisa: eu tenho a eternidade, você a espera.

11 Viñar, Marcelo e Viñar, Maren (1989). *Exílio e Tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p. 40.

O tempo que for necessário para provocar dor, o tempo necessário para subjugar sua alma, seus valores, seus princípios já que seu corpo já está ostensivamente subjogado e derrotado. Tempo para fazer o torturado abdicar de sua autonomia em troca da anomia e do fracasso identitário. Um tempo maior que a história extraordinária de tantos militantes que diante da violência da rale¹² acabam por renunciar à própria história.

Esse tempo largo que o torturador possui é o tempo da demolição, como diz Marcelo Viñar, tomando o termo de empréstimo de um analisando seu. Tempo de fazer emergir a vergonha onde havia orgulho, de fazer jorrar o medo onde havia coragem, de fazer advir um superego cruel, onde havia a esperança no porvir, que a ação política, egoica, viria a possibilitar.

Não é por mera analogia que recorreremos à experiência infantil. Reconhecemos na regressão um mecanismo do qual o sujeito lança mão a fim de reencontrar algum indício, algum sinal identitário esfacelado repetidamente nas sessões de tortura. O psiquismo trabalhando para restituir alguma lembrança de prazer, ainda inscrita num corpo ferido e desolado.

O torturador quer convencer que a dor não vai cessar, a tortura não vai cessar, senão por uma informação, atitude ou comportamento do torturado que dependeria única e exclusivamente dele. A salvação do corpo e do eu do torturado estariam então, sob sua inteira responsabilidade. Só ele, o torturado, poderia fazer cessar a dor. E o torturador não seria mais do que uma peça ativada ou desativada pela vontade do torturado. É o cinismo levado às últimas consequências.

Ao se recusar, apostando que a informação, a resistência e a manutenção dos princípios é a única maneira de garantir uma sobrevivência anímica o torturado é relançado para uma outra senda estreita, para uma outra armadilha, a da autorresponsabilização. Essa, muito próxima da identificação com o agressor que, mais adiante, comentarei.

12 Hannah Arendt (1949) em *As Origens do Totalitarismo* faz uma distinção fundamental entre a rale (“grupo no qual são representados resíduos de todas as classes”) e o povo. Essa distinção se aplica inteiramente ao grupo de torturadores cujos padrões seguem a risca a necessidade de, por todos os meios, acumular privilégios. Ver especialmente Arendt, H. p. 129-140 e p. 176-187.

Primo Levi observa a esse respeito sobre aqueles que sobreviveram – incluindo ele mesmo – tendo passado por Auschwitz:

Você tem vergonha porque está vivo no lugar de um outro? E, particularmente, de um homem mais generoso, mais sensível, mais sábio, mais útil, mais digno de viver? É impossível evitar isso: você se examina, repassa todas as suas recordações, esperando encontrá-las todas, e que nenhuma delas tenha se mascarado ou travestido; não você não vê transgressões evidentes, não defraudou ninguém, não espancou (mas teria força para tanto?), não aceitou encargos (mas não lhe ofereceram...), não roubou o pão de ninguém; no entanto é impossível evitar. É só uma suposição ou, antes, a sombra de uma suspeita: a de que cada qual seja o Caim de seu irmão e cada um de nós (mas desta vez digo “nós” num sentido muito amplo, ou melhor, universal) tenha defraudado seu próximo vivendo no lugar dele. É uma suposição, mas corrói; penetrou profundamente como um carcoma; de fora não se vê, mas corrói e grita.¹³

Ter sobrevivido gera mal-estar. Uma experiência que pode desautorizar o viver. O que fizemos para continuarmos vivos onde tantos morreram? Qual nossa culpa? Qual o erro?

Novamente gostaria de recorrer à experiência do estupro. Sob vários aspectos ela se assemelha à tortura e frequentemente a acompanha. O uso do corpo de outrem, o prazer obtido desse uso, a radicalidade do excesso onde se imbricam todas as formas de violência e onde o prazer exclusivo do agressor, pode desabilitar permanentemente o agredido ao prazer.

Tanto o estuprador quanto o torturador, afogados em sua necessidade de prazer e poder, estão submetidos a um fundamento que os isola e os confunde: a prática covarde e subalterna que exige o esquecimento da própria alteridade e o dilema indeciso que os rebaixa a animais, de onde jamais se erguerão.

13 Levi, Primo. *Afogados e Sobreviventes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 46.

Pensar exclusivamente em si, em sua própria satisfação é, como lembra Helene Clastres, em seu livro *A Terra sem Mal*,¹⁴ igualar-se aos bichos. Ela extrai seus exemplos de várias tribos sul-americanas onde aquele que não dá aos outros a comida que caçou, vira animal; mais ainda, bestializa-se quem come, no mato, a comida caçada. E isso porque o correto é levar a caça para a aldeia, distribuí-la aos outros e, por isso mesmo, nem sequer tocar nela, não a comer. Quem come o que caçou, ou quem come escondido, é porque não quer repartir, e por isso vira bicho.

Todavia a bestialização que envolve os torturadores, os grupos de extermínio e de intolerância é mais radical e inconsciente; trata-se de fazer o outro desistir de desejar, abdicando de sua singularidade por intermédio da violência.

Tal como nas práticas inquisitoriais, o torturador quer criar artificialmente a submissão para, artificialmente, circunstancialmente e às escondidas se fazer superior. Ele sabe que tem de fazê-lo escondido, ele sabe que seu grupo, sua ralé o ampara, ele sabe da covardia que comete contra aqueles que inveja por defenderem princípios, sonhos, amizade, lealdade. Aqueles que por falar e agir em primeira pessoa estão sendo presos e torturados por isso. Ao contrário, o torturador passará a vida desmentindo o que é, o que fez e o que disse escondendo-se em suas cavernas escuras. A democracia os envergonha, os que sobreviveram e resistiram a eles os envergonham.

Sandor Ferenczi, psicanalista Húngaro e discípulo de Freud, traz uma série de reflexões importantíssimas feitas na década de 1930, que retomarei brevemente já no contexto do processo que costuma se denominar de identificação com o agressor.¹⁵

Ele examina a situação do estupro em crianças, cometidas pelo pai. A criança tem, na figura paterna, um alvo de investimento amoroso maciço. Custa muito para uma criança pequena constatar seu ódio pelas figuras

14 Clastres, Helène. *A Terra sem Mal*, São Paulo: Brasiliense, 1978.

15 Ferenczi, Sándor. Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: Sandor Ferenczi. *Obras Completas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, v. 4, p. 97-106.

parentais, o que a obriga a fraturar os objetos dicotomicamente: o bom e o mau, como não cansou de repetir a psicanalista Melanie Klein.¹⁶

Retomemos, por um instante essa equação bastante conhecida entre psicólogos e psicanalistas. Para a criança pequena, a mãe boa não é a má, de modo que a mãe que desaparece do quarto, a que frustra, a que dá bronca ou expressa seu cansaço e insatisfação não é a mesma que acolhe, conversa e dá de mamar. A criança percebe duas figuras díspares e o faz para preservar, de seu ódio, a mãe como objeto só bom. Pois bem, o mesmo ocorre com a figura paterna, especialmente no caso da menina e, mais especialmente, quando a menina enamora-se do pai, a partir dos seis, sete anos até uma fase tardia de sua pré-adolescência e adolescência.

Vejamos então, com o auxílio de Ferenczi, a complexidade desse processo. A criança, diante de um pai abusador que invade seu quarto, única e exclusivamente, para sua satisfação pessoal, age como um agressor, mas não é um agressor qualquer.

Como um animal em busca da presa, ele devota toda sua força, suas palavras e seu comportamento a um único fim: a obtenção de seu próprio prazer. Para a criança é uma cena estupefacente. Pior do que ser atacada por um animal, a criança se vê e se sente atacada por um objeto de amor. Pelo pai que ela ama, admira e teme.

Entretanto o que funda a dor psíquica na criança, obviamente, não são as eventuais dores físicas que a criança possa sentir durante o abuso, mas a dor em perceber, de modo inequívoco, que seu objeto de amor age em prol de seu aniquilamento, de sua humilhação e subserviência. Que aquele com quem ela deveria experimentar relações ternas e lúdicas, sexualiza a relação e destrói uma passagem já extremamente difícil para a menina – a travessia do Édipo feminino-, sobre o qual não poderemos nos estender aqui.

Diante dessa catástrofe perceptiva e desse sofrimento psíquico, que inclui a perda de seu alvo de investimentos amorosos – em relação ao qual a criança sente que deposita a própria vida – a menina, muitas vezes, recorre a uma ação psíquica que procura poupar o objeto, preservá-lo, em detrimento de seu

16 Klein, M. (1963). *Our adult world and other essays*. London: Medical Books.

próprio ego. Assim a criança se culpabiliza, atribui a si a culpa pelo ocorrido e se melancoliza, tornando-se muitas vezes apática e desinteressante. A menina salvou o objeto pai e destruiu-se, subjetivamente falando.

A partir de então ela preservará o pai abusador em si. Objeto internalizado que disputará psiquicamente, a ferro e fogo, qualquer investimento amoroso do qual a menina venha a ser objeto.

Não é incomum vermos as muitas repercussões disso na cruel autoculpabilização de meninas abusadas pelo ocorrido: a inaptidão ao prazer amoroso, a infelicidade sexual que muitas vezes as acompanhará, o descuido com os órgãos genitais, as tentativas de suicídio; indicando a presença de uma condenação interna que não cessa, condenação por uma culpa indesculpável, atribuída a si. É uma fidelidade ao agressor e, ao mesmo tempo, uma fixação do trauma.

Trata-se do processo que engendra psiquicamente a identificação com o agressor. A introjeção do estuprador em nós, a introjeção do torturador em nós. Ter-se reduzido ao discurso de quem, uma vez, colocou em risco nossa vida, violou nossos corpos e, por esse meio, colapsou nossos recursos de sobrevivência psíquica apenas para satisfazer uma vontade unilateral que, sem a violência extrema, não poderia ser realizada.

Há identificação com o agressor quando ele é, por instantes, confundido com um salvador benevolente, uma autoridade suprema que tudo pode fazer acontecer ou cessar, um pai dedicado que traveste de ternura um objetivo exclusivamente cruel e/ou sexual.

Mas a troca é mais espúria: oferece-se a vergonha em troca do alívio; o desejo, a fidelidade, a honra e o compromisso, sustentado até então a duras penas, em troca da própria vida. Nada mais justo e perdoável. Mas, ao contrário, àquele que se permitiu sobreviver, não raro, resta a culpa de não ter suportado o suficiente.

Nada mais ingrato para aquele que foi castigado pela força de suas palavras, de seu discurso e de sua oposição à violência contra si ou contra os outros. Aquele, no caso da prisão política, que lutou por uma nova cidade, um novo país, e que se vê, muitas vezes, auto-exilado incapaz de ser devolvido a ela.

É isso que perfaz a identificação com uma figura sórdida que, num instante de fragilidade extrema, foi admirada ou idealizada: a parte viva de uma estrutura de dor e morte. Uma ilusão forjada pelo trabalho psíquico para poupar-se da dor e do sofrimento. Encontrar algo familiar em meio ao deserto da tortura. Criar uma miragem pacificada onde tudo é isolamento, dor e eternidade.

Embora profundamente paradoxal, buscar a salvaguarda no agressor é um recurso limite de sobrevivência do psiquismo e deve ser acolhido como uma forma de sobrevivência psíquica em meio ao sofrimento absoluto e ao terror da aniquilação. Conduz a culpabilização e ao sofrimento, mas seu princípio é a sobrevivência. Paradoxo que só pode ser explicado através da elucidação dos processos inconscientes e dos mecanismos de proteção do eu.

A afirmação de que somos herdeiros de uma cultura de resistência no passado e de uma cultura de militância só pode ser afirmada também na medida em que nos reconhecemos como herdeiros daqueles que lutaram no período ditatorial brasileiro a fim de podermos respeitá-los, admirá-los, criticá-los, diferir deles mas, sobretudo, tê-los em nós como influência e inscrição histórica. Dificilmente o faremos se não pudermos compreender minimamente o abismo em que foram colocados e de onde muitos voltaram e muitos lá pereceram. A luta para regatá-los não é outra, senão a da refundação de nosso devir histórico.

Uma cultura da memória será, portanto, interminável, infinita. Como tal ela se saberá atuante e viva somente a partir de suas produções incisivas presentes nos memoriais, intervenções artísticas, debates intelectuais, testemunhos e sentenças em torno dos quais muitos militantes se movem na produção de uma cultura viva, longe do soterramento e silenciamento. O que ela nos permitirá compreender e dizer refará, pouco a pouco, a teia de significados que permitirão nosso próprio aprofundamento político e a retomada cotidiana da frágil e cabisbaixa democracia que hoje ainda vivemos no Brasil.